



Cordeirópolis, 20 de SETEMBRO de 2018.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Fazemo-nos presente, com a devida *vênia*, junto a **Vossa Excelência**, e demais pares desta **Egrégia Edilidade**, a fim de encaminhar-lhe o incluso Projeto de Lei em regime de **URGÊNCIA**, cujo objetivo é submetê-lo à apreciação dessa singular **Casa Legislativa**, através de seus exponenciais Legisladores, o qual **"Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências."**

Na mensagem nº 018/2018, o **Poder Executivo** enviou Projeto de Lei que determina a obrigatoriedade do uso de madeira certificada, nas obras e edificações públicas e privadas, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências, cujo conteúdo originou do Processo nº 625/2018 de 19/03/2018, iniciado pela **Secretaria Municipal do Meio Ambiente**.

Após o trâmite no Legislativo, surgiu a Lei Municipal nº 3.097/2018 que **"Determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis dá outras providências."**

Ocorre que às fls. 07 anverso, 07 verso e 08 do aludido processo, houve manifestação da **Secretaria Municipal de Obras e Planejamento**, com emendas ao primeiro projeto de lei de fls. 03 a 05, cujo conteúdo foi aceito pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** em 11/04/2018 – fls. 06, pelo Secretário JOAQUIM DUTRA FURTADO FILHO, mas, infelizmente, não foi incorporado no Projeto que foi enviado à Câmara dos Vereadores(as).

Então, estamos acrescentando texto ao artigo 3º e seu parágrafos 2º e 4º; acrescentando texto ao artigo 5º e suprimindo e acrescentando textos ao artigo 6º, todos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, de forma a melhorar o instrumento legal e incorporar as emendas propostas pelo Planejamento naquela oportunidade.

Dessa forma, o presente é para adequar a legislação resultante e atribuir à Secretaria Municipal de Obras e Planejamentos, bem como à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, as obrigatoriedades do cumprimento da Lei Municipal nº 3.097/2018 – madeira Legal certificada.

continua





# CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade  
Mensagem nº 037/2018



**Prefeitura Municipal  
de Cordeirópolis**  
Paço Municipal "Antonio Thirion"

Fls  
CMC 03

continuação

fls.02

Assim, pois, pela simples leitura do texto, bem como com a ampla discussão acerca do presente, maiores comentários são dispensados, eis que a matéria foi tratada de modo a adequar o necessário com todas as cautelas singulares ao assunto.

Assim, diante do exposto acima e dada à natureza, a finalidade, e o significado do presente proposição de Lei esperamos contar com a imprescindível e necessário apoio dos **Nobres Legisladores** dessa **Casa Legislativa**, no sentido de sua plena aprovação

Concluindo, com o devido respeito, submeto o presente projeto de lei à elevada apreciação dos Ilustres **Vereadores** que integram esta **Casa Legislativa**, na esperança e certeza de que, após regular tramitação, seja o mesmo deliberado e aprovado em regime de urgência na devida forma regimental.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares dessa **Egrégia Casa Legislativa**, saberão aquilatar a importância do projeto em tela, ficamos no aguardo de sua judiciosa manifestação e aproveitamos para incrustar ao ensejo nossos sinceros protestos de consideração e nímio apreço.

Atenciosamente,

  
**JOSÉ ADINAN ORTOLAN**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Ao Exmº. Sr.  
Vereador Laerte Lourenço  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Cordeirópolis - SP

**Projeto de Lei nº 35, de 20 de Setembro de 2018.**

**Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências.**

**Jose Adinan Ortolan**, Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, **faço saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica acrescido texto ao artigo 3º e seu parágrafos 2º e 4º da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

**“Art. 3º** - A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis através da Secretaria de Obras e Planejamento, **com suporte e apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, adotará os seguintes procedimentos para a aplicação desta lei:

**§ 1º** - .....

**§ 2º** - Exigir a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) nos recebimento de obras de construções, edificações, reparos e reformas de executadas por empresas terceirizadas, quando se tratar de madeira de origem nativa, **certificada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

**§ 3º** - .....

**§ 4º** - Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados, a obrigatoriedade do uso de madeira de procedência legal e da exigência a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) quando se tratar de madeira de origem nativa para: expedição de Habite-se, Aceite e Certidão de Conclusão de Obra, **com conferência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

**§ 5º** - .....

**§ 6º** - .....

**§ 7º** - .....”

continua



**Art. 2º** - Fica acrescido texto ao artigo 5º da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

**“Art. 5º** - A instalações de indústrias ou comercio de madeireiras, no município de Cordeirópolis, somente será permitida com apresentação prévia do CADMADEIRA, documento que será solicitado na inscrição cadastral das mesmas e **verificado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**”

**Art. 3º** - Fica suprimido e acrescido textos ao artigo 6º da Lei Municipal n.º 3097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

**“Art. 6º** - Todos os estabelecimentos comerciais que trabalham e comercializam madeiras são obrigados apresentar os documentos previstos na legislação vigente, estarão sujeitos a fiscalização, que serão realizadas **pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

**Parágrafo Único** - O não cumprimento das especificações descritas nos termos desta lei acarretará ao infrator penalidades previstas na legislação federal pertinente, **aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**”

**Art. 4º** – As despesas para execução desta Lei estão previstas em orçamento e serão suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos de de 2018, 120 do Distrito e 71 do Município.

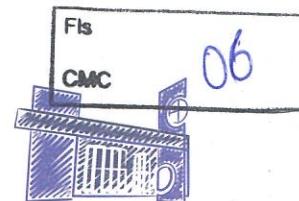


**José Adinan Ortolan**  
**Prefeito Municipal de Cordeirópolis**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



À  
MESA PARA LEITURA, NOS TERMOS  
REGIMENTAIS, A SER REALIZADA NA  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 25/09/2018.

CORDEIRÓPOLIS, 24/setembro/2018

**VER. LAERTE LOURENÇO**  
**PRESIDENTE**

Lido na sessão de 25 / 09 / 2018

**VER<sup>a</sup>. CASSIA DE MORAES**  
**1<sup>a</sup> SECRETÁRIA**

À Diretoria Jurídica para parecer.

Cordeirópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

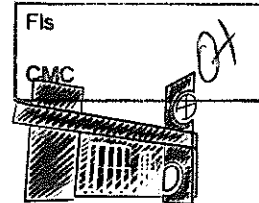
**VER. LAERTE LOURENÇO**  
**PRESIDENTE**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

## **Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



### **PARECER JURÍDICO nº 046/2018 - RBF**

Projeto de Lei nº 35/2018

Autor(a): Executivo Municipal

**ALTERAÇÃO - PROJETO DE LEI - EXECUTIVO MUNICIPAL - OBRIGATORIEDADE DE USO DE MADEIRA LEGAL CERTIFICADA - ÂMBITO MUNICIPAL - CÓDIGO FLORESTAL - CONSIDERAÇÕES.**

### **1. RELATÓRIO**

---

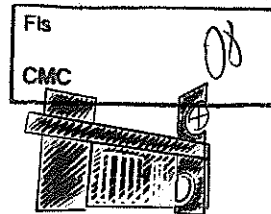
Cuida-se de projeto de lei, de ordem do Exmo. Prefeito Municipal, que pretende alterar dispositivos da Lei Municipal nº 3097/18, sobre a obrigatoriedade do uso de madeira legal e certificada no Município de Cordeirópolis.

A justificativa é que no projeto de lei inicial fora apresentada sugestões ao projeto primitivo pela Secretaria de Obras e Planejamento a qual foi aceita pela Secretaria de Meio Ambiente, contudo, não fora incorporado ao projeto encaminhado naquela oportunidade, daí porque a necessidade da alteração pretendida.

Requeru a tramitação em regime de urgência.

É o breve intróito.

Passo a opinar.



## **2. ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1. Do requerimento de urgência**

De início, o artigo 53 da LOMC - Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, garante que, quando solicitado pelo Exmo. Prefeito a tramitação do projeto de lei em regime de urgência - e não de urgência especial, o feito tenha seu trâmite legislativo pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Assim, deverá atentar os nobres servidores e Edis sobre a solicitação alçada pelo proponente.

### **2.2. Exame de Admissibilidade**

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

### **2.3. Da legalidade**

Não há qualquer interferência que modifique a essência primária do projeto original, de tal forma, que essa Diretoria Jurídica reitera os termos lá mencionados, bem como opina pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei em comento.

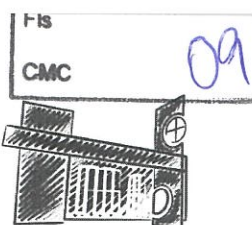
Por fim, cumpre destacar que a legitimidade para a iniciativa legislativa é mesmo do Alcaide, que conforme disposição de lei de regência tem autonomia sobre a matéria.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



## 3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei nº 35/2018, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 26 de Setembro de 2018.

  
ROBERTO BENETTI FILHO  
Diretor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

DATA: 26/09/2018 HORA: 12:37

Autoria: Diretor Jurídico

Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº  
35/2018 Altera dispositivo da Lei Municipal  
nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que

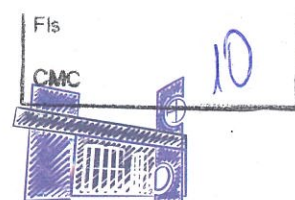




# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



### \* VISTA \*

Em **26/09/2018** abro vista deste processo às Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos e Urbanismo, Obras e Serviços Públicos para que se manifestem nos termos regimentais.

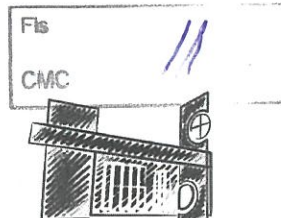
  
**Gleicy Kelli Zaniboni Marques da Silva**  
Diretora Geral



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Projeto de lei nº 35/2018

Autor: Prefeito Municipal Jose Adinan Ortolan - Executivo Municipal

Assunto: Altera os dispositivos da Lei Municipal nº 3097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do Município de Cordeirópolis e da outras providencias.

## VOTO - COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Pretende o Senhor Prefeito Municipal alterar os dispositivos da Lei Municipal nº 3097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do Município de Cordeirópolis.

A alteração, em sua essência, altera alguns artigos ao texto original, enfatizando que as expedições de certificado, a verificação, a fiscalização e o suporte na orientação das obras será feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Essa alteração torna o projeto original mais claro e exequível, dirimindo eventuais duvidas dos interessados,

Em sendo assim, essa Vereadora relatora é favorável ao encaminhamento do projeto ao Plenário para discussão e votação.

Cordeirópolis, 2 de Outubro de 2018.

José Antonio Rodrigues  
Vereador

Cássia de Moraes  
Vereadora PDT  
Relatora

Sandra Cristina dos Santos  
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 29/10/2018 HORA: 15:52  
Autoria: COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº 35/2018 Altera dispositivo da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que



**Projeto de Lei Ordinária Nº 35/2018**

**Autoria: Prefeito Municipal**

**Assunto: Altera o dispositivo da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada nas obras de edificações públicas e privadas, no território do Município de Cordeirópolis e dá outras providências.**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**VOTO:**

**VEREADOR Jose Antonio Rodrigues – MDB**

**VEREADOR Antônio Marcos da Silva - PT**

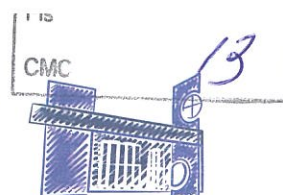
**I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 35 de 2018, de iniciativa do Exmo. Prefeito Municipal, que determina o uso de madeira legal certificada nas obras de edificações públicas e privadas no Município de Cordeirópolis. Às fls. 02/03 há mensagem do Prefeito Municipal explicitando o fundamento legal do projeto. Às fls. 04/05 encontra-se os termos da Lei a ser submetida à apreciação da Câmara.

Parecer jurídico nº 21/2018 elaborado pelo Ilustríssimo Diretor Jurídico desta casa concluiu pela legalidade e constitucionalidade do projeto (fls. 08/09).

É o relato do necessário, passamos a emitir VOTO.



**II - DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Nos termos do art. 67, inciso II, alínea "a", item 1, do Regimento Interno desta câmara, a esta comissão compete, dentre outras funções, opinar sobre: *"proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou, acarretem responsabilidades para o erário Municipal."*

Sob os aspectos de ordem financeira e orçamentária, observamos que o presente projeto não representa despesas para o erário nem acarreta qualquer repercussão na Lei Orçamentária vigente.


Diante do exposto, no âmbito de competência desta Comissão não encontro qualquer óbice à regular tramitação do presente Projeto de Lei.

**IV - CONCLUSÃO**

Com base nos argumentos acima expostos, opinamos pela regular tramitação do projeto em análise e envio ao plenário para votação, pois atende a legislação de regência.

**É o nosso VOTO.**

Cordeirópolis, 26 de outubro de 2018.

  
**José Antonio Rodrigues**  
Vereador MDB

  
**Antônio Marcos da Silva**  
Vereador PT



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

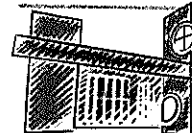
Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO

Fb

CMC

14



**Projeto de lei nº 35/2018**

**Autor: Prefeito Municipal Jose Adinan Ortolan – Executivo Municipal**

**Assunto: Altera os dispositivos da Lei Municipal nº 3097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do Município de Cordeirópolis e da outras providencias.**

## **VOTO - COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Pretende o Senhor Prefeito Municipal alterar os dispositivos da Lei Municipal nº 3097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do Município de Cordeirópolis.

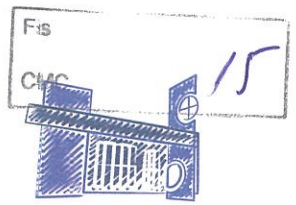
A alteração, em sua essência, altera alguns artigos ao texto original, enfatizando que as expedições de certificado, a verificação, a fiscalização e o suporte na orientação das obras será feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Essa alteração torna o projeto original mais claro e exeqüível, dirimindo eventuais duvidas dos interessados,

Em sendo assim, essa Vereadora relatora é favorável ao encaminhamento do projeto ao Plenário para discussão e votação.

Cordeirópolis, 2 de Outubro de 2018.

**Cássia de Moraes**  
**Vereadora PDT**  
**Relatora**

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 29/10/2018 HORA: 15:53  
Autoria: Cássia de Moraes  
Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº  
35/2018 Altera dispositivo da Lei Municipal  
nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que



**EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 35/2018**

Modifica a redação do artigo 1º do projeto de lei em epígrafe, o qual passa a vigorar nestes termos:

“Art. 1º O texto do artigo 3º e seus parágrafos 2º e 4º da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2017, passa a vigorar com seguintes termos:

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis realizará a fiscalização e o cumprimento desta Lei por meio da Secretaria de Obras e Planejamento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cada uma no âmbito de suas competências, e adotará os seguintes procedimentos:

§1º - .....

§2º Exigir a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) no recebimento de obras de construção, edificação, reparo e reforma executadas por empresas terceirizadas, quando houver a utilização de madeira de origem nativa.

§3º - .....

§4º Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados a obrigatoriedade da utilização de madeira de procedência legal.”

*Justificativa:*





- Em relação ao art. 3º acima alterado: Melhora a redação. Atribui à Secretaria do Meio Ambiente a competência para fiscalizar o cumprimento da Lei, de acordo com suas atribuições.
- Em relação ao §2º acima alterado: Suprime os termos "certificada pela Secretaria do Meio Ambiente". Melhora a redação e retira a ambiguidade do artigo no que diz respeito à conceituação de madeira legal e de madeira certificada. Os termos "madeira legal" significa que a extração é autorizada por órgãos ambientais e, assim, o produto possui o Documento de Origem Florestal (DOF). Por sua vez, os termos "Madeira certificada" dizem respeito à CERTIFICAÇÃO florestal por meio de um sistema de inspeção NÃO OBRIGATÓRIO realizado por empresa contratada, a qual emite um selo de certificação assegurando a origem do produto e que a extração da madeira obedeceu a critérios e princípios ambientais, sociais e econômicos. Por esta diferenciação conceitual é que o termo "certificada pela Secretaria do Meio Ambiente" deva ser retirado. Ressalto que nenhum prejuízo trará à conferência dos documentos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tendo em vista que a atividade fiscalizatória lhe foi atribuída no *caput* do art. 3º.
- Em relação ao §4º acima alterado: Suprime as palavras "*e da exigência a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) quando se tratar de madeira de origem nativa para: expedição de Habite-se, Aceite e Certidão de Conclusão de Obra, com conferência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente*". A Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, estabelece o seguinte:

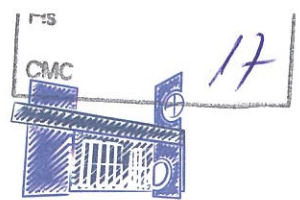
*Art. 36. O transporte, por qualquer meio, e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos florestais oriundos de florestas de espécies nativas, para fins comerciais ou industriais, requerem licença do órgão competente do Sisnama, observado o disposto no art. 35.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



§ 1º A licença prevista no caput será formalizada por meio da emissão do DOF, que deverá acompanhar o material até o beneficiamento final.

§ 2º Para a emissão do DOF, a pessoa física ou jurídica responsável deverá estar registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, previsto no art. 17 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

§ 3º Todo aquele que recebe ou adquire, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos de florestas de espécies nativas é obrigado a exigir a apresentação do DCF e munir-se da via que deverá acompanhar o material até o beneficiamento final.

Como se observa, apenas aqueles que manejam madeira de origem nativa para fins comerciais e industriais é que estão sujeitos à emissão do DOF. Assim, não se pode exigir do PARTICULAR que se utiliza de madeira para realização de OBRA PARA USO PRÓPRIO a portabilidade e apresentação do referido documento. Até porque sua emissão e aquisição é restrita.

Cordeirópolis, 26 de outubro de 2018.

  
JOSÉ ANTONIO RODRIGUES

Vereador - MDB

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 29/10/2018 HORA: 16:12  
Autoria: José Antonio Rodrigues  
Assunto: Modifica a redação do artigo 1º do projeto de lei em epígrafe.

01441/2018



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA Nº**

*2*

**AO PROJETO DE LEI Nº 35/2018**

Suprime, em sua integralidade, o art. 2º do projeto de Lei em epígrafe.

*Justificativa:* O Decreto nº 53.047, de 02 de junho de 2008, que cria o Cagastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira – CADMADEIRA, em seu art. 3º, §4º, aduz o seguinte:

*Artigo 3º - Para a inscrição no CADMADEIRA, as pessoas jurídicas deverão apresentar as seguintes informações:*

*(...)*

**§ 4º - O cadastramento é voluntário.**

Do parágrafo acima citado verifica-se que a inscrição do CADMADEIRA é voluntário. Assim, não pode a Lei municipal contrariar o Decreto Estadual e obrigar as indústrias e comércio a se inscreverem naquele órgão para obtenção de documento comprobatório de sua inscrição.

Cordeirópolis, 26 de outubro de 2018.

*JOSE ANTONIO RODRIGUES*  
**JOSE ANTONIO RODRIGUES**

Vereador - MDB

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 29/10/2018 HORA: 16:12  
Autoria: José Antonio Rodrigues  
Assunto: Suprime o art. 2º do projeto.

01442/2018

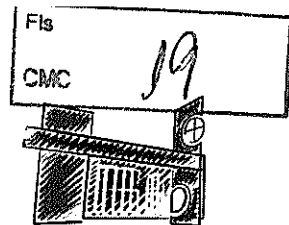




# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

## **Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



**Projeto de Lei nº 35/2018**

**Autor: Executivo Municipal**

**Assunto: " Altera dispositivo da Lei Municipal nº 3.097 de 14 de julho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências."**

### **PARECER DA COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PÚBLICOS**

Trata-se de um Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, o qual tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Municipal nº 3097/18, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada no território municipal de Cordeirópolis e dá outras providências.

O proponente justifica que a medida se faz necessária em razão de adequação a legislação resultante e atribuir à Secretaria Municipal de Obras e Planejamentos, bem como à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, as obrigatoriedades do cumprimento da Lei Municipal supramencionada.

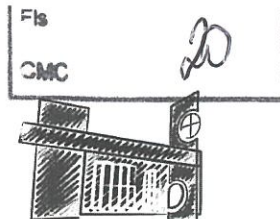
Deste modo, a presente comissão opina pela viabilidade do projeto visando, contudo, dada à natureza, a finalidade e o significado da presente propositura.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

## **Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO




Portanto, não existe nenhum impedimento que embarace a aprovação do referido projeto, sendo assim, a Comissão de urbanismo obras e serviços públicos aprova-o e encaminha ao plenário para discussão e votação.

Cordeirópolis, 07 de novembro de 2018.

  
**Antonio Marcos da Silva**  
Vereador PT

  
**Anderson Antonio Hespanhol**  
Vereador PPS

  
**José Geraldo Boteon**  
Vereador PSDB

07/11/18 

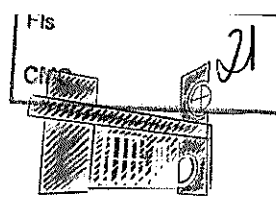
**PROTOCOLO Nº 01479/2018**  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 08/11/2018 HORA: 11:27  
Autoria: COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº 35/2018 Altera dispositivo da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



À  
MESA PARA DELIBERAÇÃO NA PRÓXIMA SESSÃO  
NOS TERMOS REGIMENTAIS.  
Sessão Ordinária em 13/11/2018

CORDEIRÓPOLIS, 12/Novembro/2018

VER. LAERTE LOURENÇO  
PRESIDENTE

## **PROJETO DE LEI Nº 35/2017 – APROVADO**

### **35ª Sessão Ordinária (13/11/2018)**

**Votação Simbólica - Maioria Simples**

**Vereadores Presentes:** Anderson Antonio Hespanhol, Antonio Marcos da Silva, Cássia de Moraes, Cleverton Nunes Menezes, José Antonio Rodrigues, José Geraldo Botion, Mariana Fleury Tamiazo e Sandra Cristina dos Santos.

**Favorável:** (8)

**Contrário:** (0)

**Presidente:** Art. 31 da LOM.

**Abstenção:** (0)

### **EMENDA 01 – APROVADA**

**Favorável:** (7)

**Contrário:** (1)

**Presidente:** Art. 31 da LOM.

**Abstenção:** (0)

### **EMENDA 02 - APROVADA**

**Favorável:** (7)

**Contrário:** (1)

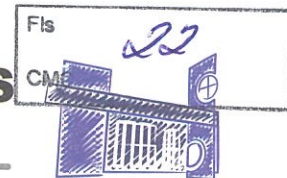
**Presidente:** Art. 31 da LOM.

**Abstenção:** (0)

Cordeirópolis, 13 de novembro de 2018.

**Laerte Lourenço**  
**Presidente**





**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Redação Final do Projeto de Lei nº 35/2018, do Sr. Prefeito Municipal**

Em virtude da aprovação de emendas, fica assim a Redação Final:

**"Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providencias.**

Art. 1º. O texto do artigo 3º e seus parágrafos 2º e 4º da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2017, passa a vigorar com seguintes termos:

"Art. 3º A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis realizará a fiscalização e o cumprimento desta Lei por meio da Secretaria de Obras e Planejamento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cada uma no âmbito de suas competências, e adotará os seguintes procedimentos:

§1º - .....

§2º Exigir a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) no recebimento de obras de construção, edificação, reparo e reforma executadas por empresas terceirizadas, quando houver a utilização de madeira de origem nativa.

§3º- .....

§4º Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados a obrigatoriedade da utilização de madeira de procedência legal.

§ 5º - .....

§ 6º - .....

§ 7º - ....."

**Art. 2º** - Fica suprimido e acrescido textos ao artigo 6º da Lei Municipal n.º 3097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

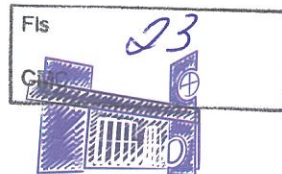
**"Art. 6º** - Todos os estabelecimentos comerciais que trabalham e comercializam madeiras são obrigados apresentar os documentos previstos na legislação vigente, estarão sujeitos a fiscalização, que serão realizadas **pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



**Parágrafo Único** - O não cumprimento das especificações descritas nos termos desta lei acarretará ao infrator penalidades previstas na legislação federal pertinente, **aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**"

**Art. 3º** - As despesas para execução desta Lei estão previstas em orçamento e serão suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 14 de novembro de 2013.

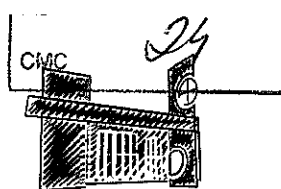
Cássia de Moraes  
Relatora

José Antônio Rodrigues  
Vereador

Sandra Cristina dos Santos  
Vereadora



**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**  
ESTADO DE SÃO PAULO



**Autógrafo nº 3394**

"Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

**Art. 1º.** O texto do artigo 3º e seus parágrafos 2º e 4º da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2017, passa a vigorar com seguintes termos:

**Art. 3º** A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis realizará a fiscalização e o cumprimento desta Lei por meio da Secretaria de Obras e Planejamento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cada uma no âmbito de suas competências, e adotará os seguintes procedimentos:

§1º - .....

§2º Exigir a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) no recebimento de obras de construção, edificação, reparo e reforma executadas por empresas terceirizadas, quando houver a utilização de madeira de origem nativa.

§3º- .....

§4º Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados a obrigatoriedade da utilização de madeira de procedência legal.

§ 5º - .....

§ 6º - .....

§ 7º - ....."

**Art. 2º** - Fica suprimido e acrescido textos ao artigo 6º da Lei Municipal n.º 3097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

**Art. 6º** - Todos os estabelecimentos comerciais que trabalham e comercializam madeiras são obrigados apresentar os documentos previstos na legislação vigente, estarão sujeitos a fiscalização, que serão realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Parágrafo Único** - O não cumprimento das especificações descritas nos termos

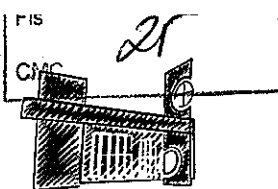




# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



desta lei acarretará ao infrator penalidades previstas na legislação federal pertinente, aplicadas pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**"

**Art. 3º** - As despesas para execução desta Lei estão previstas em orçamento e serão suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 14 de novembro de 2018.

**Laerte Lourenço**  
Presidente

**Cássia de Moraes**  
1ª Secretária

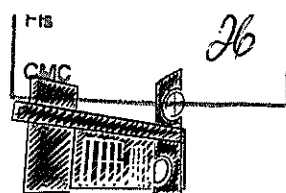
**Sandra Cristina dos Santos**  
2ª Secretária



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



Ofício nº 142/2018 - CMC

Cordeirópolis, 14 de novembro de 2018.

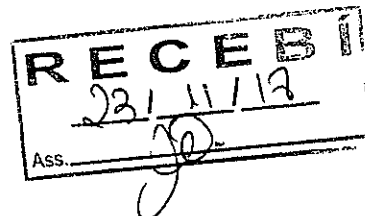
Senhor Prefeito:

Encaminhamos, em anexo, o autógrafo nº 3394, proveniente da aprovação do Projeto de Lei nº 35/2018, de sua autoria, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências, na 35ª sessão ordinária, realizada no dia de ontem.

Sendo o que se apresenta, renovo na oportunidade os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**LAERTE LOURENÇO**  
- Presidente -



A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ ADINAN ORTOLAN**  
Prefeito Municipal  
Praça Francisco Orlando Stocco, 35  
Centro  
CORDEIRÓPOLIS - SP



Estado de São Paulo  
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis

Fis 27  
CMC

Folha de Rosto do Processo

Nº do Processo: 3143/2018

Data de Abertura	23/11/2018 às 11:04	Autuado por:	Ana Cristina Villela
Serviço solicitado:	Processos internos > Câmara Municipal > Autógrafo		
Endereço para prestação do serviço:	Não Informado		
Requerente:	Câmara Municipal de Cordeirópolis		
CPF/CNPJ:	00.600.371/0001-04		
Endereço do requerente:	Carlos Gomes , 999, Jardim Jafet, CORDEIRÓPOLIS/ SP		
Telefone:	(19) 3546-9090	Celular:	Não Informado
Representante:	Não informado	CPF:	000.000.000-00
Endereço do representante:	Não informado, 900, Não informado, CORDEIRÓPOLIS/ SP		
Telefone:	Não Informado	Celular:	Não Informado
Solicitação:	Encaminha autógrafo de nº 3394 , relativo à: APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº.35/2018 conforme ofício de nº 142/2018 - CMC.		







Estado de São Paulo  
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis  
**Comprovante de Abertura de Protocolo**

Nº Protocolo: 105763/2018

Consulte o andamento da solicitação através deste número: 5bf7faa8aff7a3723c5c2b13

Data de Abertura	23/11/2018 às 11:03	Protocolado por:	Ana Cristina Villela
Serviço solicitado:	Processos internos > Câmara Municipal > Autógrafo		
Endereço para prestação do serviço:	Não Informado		
Requerente:	Câmara Municipal de Cordeirópolis		
CPF/CNPJ:	00.600.371/0001-04		
Endereço do requerente:	Carlos Gomes , 999, Jardim Cafet, CORDEIRÓPOLIS/ SP		
Telefone:	(19) 3546-9090	Celular:	Não Informado
Representante:	Não informado	CPF:	000.000.000-00
Endereço do representante:	Não informado, 900, Não informado, CORDEIRÓPOLIS/ SP		
Telefone:	Não Informado	Celular:	Não Informado
Solicitação:	Encaminha autógrafo de nº 3394 , relativo à: APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº.35/2018 conforme ofício de nº 142/2018 - CMC.		

  
\_\_\_\_\_  
Ana Cristina Villela  
(Protocolado por)

\_\_\_\_\_  
Câmara Municipal de Cordeirópolis  
(Requerente)

Sexta-feira, 14 de dezembro de 2018

Jornal Oficial do Município de  
Cordeirópolis

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### Lei nº 3.115 de 03 de dezembro de 2018

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

**Art. 1º** O texto do artigo 3º e seus parágrafos 2º e 4º da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2017, passa a vigorar com seguintes termos:

"Art. 3º A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis realizará a fiscalização e o cumprimento desta Lei por meio da Secretaria de Obras e Planejamento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cada uma no âmbito de suas competências, e adotará os seguintes procedimentos:

§ 1º - .....

§ 2º - Exigir a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) no recebimento de obras de construção, edificação, reparo e reforma executadas por empresas terceirizadas, quando houver a utilização de madeira de origem nativa.

§ 3º - .....

§ 4º - Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados a obrigatoriedade da utilização de madeira de procedência legal.

§ 5º - .....

§ 6º - .....

§ 7º - .....

**Art. 2º** - Fica suprimido e acrescido textos ao artigo 6º da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

"Art. 6º - Todos os estabelecimentos comerciais que trabalham e comercializam madeiras são obrigados a apresentar os documentos previstos na legislação vigente, estarão sujeitos a fiscalização, que serão realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Parágrafo Único** - O não cumprimento das especificações descritas nos termos desta lei acarretará ao infrator penalidades previstas na legislação federal pertinente, aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente."

**Art. 3º** - As despesas para execução desta Lei estão previstas em orçamento e serão suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 03 de dezembro de 2018, 120 do Distrito e 71 do Município

José Adinan Ortolan  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Marco Antonio Nascimento  
Secretário Municipal de Administração

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria de Administração - Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 03 de dezembro de 2018

### Portaria nº 11.037 de 03 de dezembro de 2018

Prorroga designações de servidores que prestam serviços na 243ª Zona Eleitoral - Cordeirópolis SP, conforme específica.

José Adinan Ortolan - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e demais disposições aplicáveis; e,

**Considerando** o disposto no Processo Administrativo nº 3046/2018, de 09.11.2018.

#### Resolve

**Art. 1º** - Ficam prorrogadas as designações dos servidores do Quadro de Pessoa Celetista Permanente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis abaixo relacionados, sem prejuízo de seus direitos e vantagens inerentes ao seu emprego público e com ônus para a origem, para prestarem serviços na 243ª Zona Eleitoral - Cordeirópolis SP, até 31 de dezembro de 2019.

1 - Leonice Aparecida Tonon - RG nº 10.839.810-9 - Oficial Administrativo; e,  
2 - Edivan Marcelo Pires - RG nº 35.348.686-3 - Escrivão

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 30 de novembro de 2018, 120 do Distrito e 71 do Município.

José Adinan Ortolan  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Marco Antonio Nascimento  
Secretário Municipal de Administração

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria Municipal de Administração - Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 30 de novembro de 2018.

### Portaria nº 11.038 de 03 de dezembro de 2018

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Educação Ambiental, conforme específica.

José Adinan Ortolan - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e demais disposições aplicáveis; e,

**Considerando** o disposto na Política Municipal de Educação Ambiental, Lei nº 3077 de 15 de dezembro de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 5774 de 20 de agosto de 2017.

#### Resolve


**Art. 1º** - A Comissão de Educação Ambiental será composta de forma paritária por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, conforme abaixo:

#### Sociedade Civil:

- I - Ana Paula dos Santos Figueiredo - APAE
- II - Adalfrase Castilho - CJESP
- III - Doris Diniz Corat - OCAS
- IV - Hadassa Leilcia de Oliveira - CONSAB
- V - Luciana Joia Aranha Boteon - OAB
- VI - Rosângela Salete Ruas de Mello Rodrigues - ACMEC

#### Poder Público:

- I - Adriano Victor - Secretaria Municipal de Meio Ambiente



# O JORNAL OFICIAL

do Município de Cordeirópolis - SP

**EXPEDIENTE**

Produzido por: Assessoria de Imprensa de Cordeirópolis

Jornalista Responsável: Eliara Alves Clemente - MTB 0057787/SP

Diagramação: Sócrates Bolerino

Impressão: Jornal Cidade de Rio Claro


Composição: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; Autarquias Municipais; Entidades Assistenciais

Tiragem - 1000 exemplares | Custo desta Edição: R\$ 460,00

O Jornal Oficial do Município é o órgão de divulgação oficial da administração municipal instituído pela Lei 2274 de 11 de Agosto de 2005, com suas posteriores alterações.

Paço Municipal Antonio Thirion - Praça Francisco Orlando Stock, 35 - Centro - CEP 13490-000 - Cordeirópolis - SP

[www.cordeiropolis.sp.gov.br](http://www.cordeiropolis.sp.gov.br)



## MINISTÉRIO DA DEFESA

### EXÉRCITO BRASILEIRO

CMSE - 2ª RM - 14ª CSM  
7ª Delegacia de Serviço Militar

## EXERCÍCIO DE APRESENTAÇÃO DA RESERVA - EXAR/2018

### CONVOCAÇÃO

Os reservistas (oficiais; subtenentes e sargentos; cabos e soldados) na "Disponibilidade", quatro anos após terem sido transferidos para reserva ou licenciados, e em dia com suas obrigações militares, poderão realizar o Exercício de Apresentação da Reserva pela Internet (EXARNET), disponível no site [www.exarnet.eb.mil.br](http://www.exarnet.eb.mil.br) de 01 Dez. 18 a 31 Jan. 19.

Os reservistas em atraso ou da 5ª apresentação (licenciados em 2013) devem procurar a Junta de Serviço Militar de seu município, de 10 a 14 Dez. 18, para a apresentação PRESENCIAL.

**"SEVIÇO MILITAR - A SEGURANÇA DO BRASIL EM NOSSAS MÃOS"**

MARCIA AP. FERNANDES LUCKE  
SECRETÁRIA DA JSM/145



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

Fls	30
CMC	

Ofício nº. 229/2018.

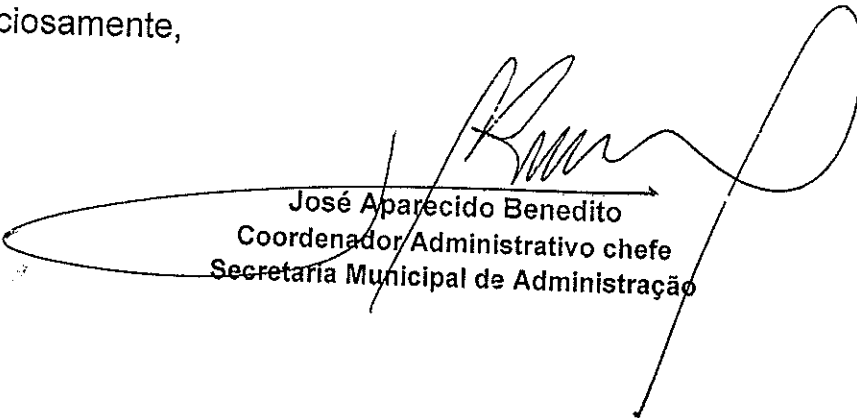
Cordeirópolis, 21 de dezembro de 2018.

Prezado Senhor

Honra-nos vir a presença de **Vossa Excelência** com a finalidade precípua de enviar anexado ao presente a **Lei nº 3.115, de 03 de dezembro de 2018**, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências e a **Lei nº 3.116, de 12 de dezembro de 2018**, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa EMPRESA – CIDADÃ na forma que especifica, e dá outras providências, para ciência e providências que se fizerem necessárias.

Sendo o que se apresenta para o momento, certo de estar agindo conforme, aproveito para incrustar ao ensejo meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo chefe  
Secretaria Municipal de Administração

Ao  
Exmo Sr.  
Vereador Laerte Lourenço  
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.

Minha  
Cordeirópolis



cordeiropolis.sp.gov.br

Endereço: Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Centro, Cordeirópolis - SP, 13490-000  
Telefone: (19) 3556-9900 Site: [www.cordeiropolis.sp.gov.br/](http://www.cordeiropolis.sp.gov.br/) CNPJ: 44.560.272/0001-93

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 02/01/2019 HORA: 15:54  
Autoria: Secretaria Municipal de  
Administração  
Assunto: Em anexo a Lei nº 3.115 e 3.116  
PROTOCOLO Nº 00003/2019





# CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade



**Prefeitura Municipal  
de Cordeirópolis**  
Paço Municipal "Antonio Thirion"

**Lei nº 3.115**  
**de 03 de dezembro de 2018.**

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

**Art. 1º.** O texto do artigo 3º e seus parágrafos 2º e 4º da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2017, passa a vigorar com seguintes termos:

**"Art. 3º** A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis realizará a fiscalização e o cumprimento desta Lei por meio da **Secretaria de Obras e Planejamento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, cada uma no âmbito de suas competências, e adotará os seguintes procedimentos:

**§ 1º** - .....

**§ 2º** - Exigir a apresentação do **DOF (Documento de Origem Florestal)** no recebimento de obras de construção, edificação, reparo e reforma executadas por empresas terceirizadas, quando houver a utilização de madeira de origem nativa.

**§ 3º** - .....

**§ 4º** - Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados a obrigatoriedade da utilização de madeira de procedência legal.

**§ 5º** - .....

**§ 6º** - .....

**§ 7º** - ....."

continua



# CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade

Lei nº 3.116/2018



**Prefeitura Municipal  
de Cordeirópolis**  
Paço Municipal "Antonio Thirion"

Fls  
CMC

32

continuação

fls. 02

**Art. 2º** - Fica suprimido e acrescido textos ao artigo 6º da Lei Municipal nº 3.097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:


**"Art. 6º** - Todos os estabelecimentos comerciais que trabalham e comercializam madeiras são obrigados apresentar os documentos previstos na legislação vigente, estarão sujeitos a fiscalização, que serão realizadas pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**.


**Parágrafo Único** - O não cumprimento das especificações descritas nos termos desta lei acarretará ao infrator penalidades previstas na legislação federal pertinente, aplicadas pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**."

**Art. 3º** - As despesas para execução desta Lei estão previstas em orçamento e serão suplementadas, se necessário.

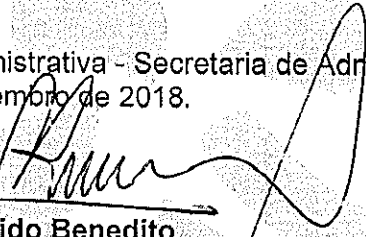
**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 03 de dezembro de 2018, 120 do Distrito e 71 do Município

  
**José Adinan Ortolan**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

  
**Marco Antonio Nascimento**  
Secretário Municipal de Administração

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria de Administração - Paço Municipal "**ANTONIO THIRION**", em 03 de dezembro de 2018.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo chefe  
Secretaria Municipal de Administração